



Novo estatuto do aluno questionado

PSD DÚVIDA DA LEGALIDADE do novo estatuto do aluno que o Governo alterou por despacho.

Andrea Duarte
aduarte@economicasgpps.com

O PSD quer chamar a ministra da Educação à Comissão parlamentar para esclarecer se o despacho sobre o Estatuto do Aluno é inconstitucional. O deputado social-democrata Pedro Duarte diz que, "se a vinda da ministra não for viabilizada", o PSD pondera tomar "outras medidas" contra um despacho que considera inconstitucional e ilegal.

Sem querer adiantar ao certo as medidas, os deputados da oposição também prometem não esquecer este assunto. "O despacho é ilegal", concordam os deputados do PCP, Manuel Tiago, e do CDS-PP, João Paulo Carvalho. Uma hipótese que passa por pedir a apreciação da constitucionalidade do despacho ao Tribunal Constitucional e a sua impugnação. Mas isto só pode ser feito se os deputados considerarem que envolve normas a serem aplicadas a todas as escolas, segundo o professor da Universidade Nova de Lisboa Tiago Duarte.

O despacho em questão foi publicado ontem, com a assinatura da ministra da Educação e determina, com efeitos imediatos, que do excess-

"O despacho é ilegal porque altera uma lei da Assembleia da República", dizem os deputados da oposição.

so de faltas justificadas "não pode decorrer a detenção, exclusão ou qualquer outra penalização para o aluno".

O Estatuto do Aluno, aprovado no início deste ano com os votos a favor do PS, define que o conselho de turma deve avaliar a situação do aluno e o tipo de faltas. No entanto, em qualquer situação, este conselho pode ainda determinar a expulsão ou a retenção do aluno com excesso de faltas "independentemente da natureza das faltas".

A deputada do PS, Manuela Melo, nega que o despacho altere a lei. "O Estatuto do Aluno dá a possibilidade ao conselho de turma de distinguir entre faltas justificadas e injustificadas", escolhendo a prova de recuperação ou outra medida de "recuperação dos défices de aprendizagem", considera.

Uma possibilidade negada no despacho, alerta Tiago Duarte. Para este constitucionalista, esta "clarificação" é, na realidade, uma alteração legislativa que teria de ser feita numa nova lei do Parlamento ou até num decreto-lei, "nunca num despacho". "Se a ministra quer alterar o Estatuto do Aluno, não pode fazê-lo desta forma", conclui. ■

Ministra entregou prémios a professores

■ Jacinta Moreira, professora de Biologia e Geologia na Escola Secundária Carolina Michaëlis, no Porto, recebeu ontem das mãos de Maria de Lurdes Rodrigues o Prémio Nacional de Professores. A ministra disse, na sua intervenção, que "nunca houve uma tão grande exigência colocada à profissão e às escolas". A segunda edição do evento organizado pelo ministério distinguiu também Afonso Rema, professor de Português e de Francês em Valadares com o Prémio de Mérito Carreira e Carlos Pinheiro, coordenador do Centro de Recursos Educativos em Rio de Mouro com o Prémio de Mérito Inovação. João Paulo Mineiro, presidente do Conselho Executivo de uma escola secundária da Covilhã, ganhou o Prémio de Mérito Liderança e José Alves Rocheta, professor de Educação Tecnológica na Escola Básica 2, 3 Dr. Azevedo Neves ficou com o Prémio de Mérito Integração.

PRÉMIO
São cinco os professores distinguidos com os prémios nacionais da edição de 2008.

5

Premiados